

Direta em 89 favorece a esquerda

Villas-Bôas Corrêa

A ofensiva para o adiamento para 89 da eleição presidencial direta, com a conseqüente fixação em cinco anos do mandato do presidente José Sarney e a simultânea articulação para a manutenção do presidencialismo, ganhou forte impulso na Constituinte com a virada do Centrão e os estímulos dos interesses dos grandes partidos, como o PMDB e o PFL, e da maioria dos governadores e presidentes.

Mas, se todos os interesses poderosos confluem para empurrar as eleições para 89, a decisão da Constituinte, nas votações previstas para fevereiro ou março, esbarra em duas dificuldades ponderáveis: a reação popular, inevitável ante mais uma frustração, e a transferência da bandeira das diretas-já para as mãos das minorias à esquerda e como reforço ao projeto de candidatura de Leonel Brizola.

Campanha já — A reviravolta no plenário da Constituinte, com a maioria conservadora reunida no Centrão assumindo o controle do processo de elaboração da Constituição a partir da reforma do regimento interno, está obrigando a todos a uma revisão das estratégias eleitorais.

Na verdade, tudo mudou numa amplitude maior do que se enxerga em visão superficial. O tranco patrocinado

Município vai decidir segundo turno

Se a Constituinte decidir na linha do interesse da sua grande maioria conservadora, as eleições presidenciais serão adiadas para 89. O parlamentarismo, que andava por baixo, renasce na articulação de suas lideranças, juntando o apoio da maioria absoluta para a emenda que muda o sistema de governo.

Com eleições em 88 ou 89, no presidencialismo ou no parlamentarismo, é certa a manutenção dos dois turnos. Um primeiro, por assim dizer, classificatório, com a probabilidade de 10 a 15 candidaturas a presidente, e o segundo entre os dois mais votados no primeiro.

A falência dos partidos na Constituinte e a omissão do PMDB que se desfaz nas contradições insuperáveis do seu modelo frentista condicionam a Constituinte a uma rearrumação que segue a linha da divisão ideológica.

No desdobramento dessa provável definição para a disputa do poder, abrem-se muitas alternativas. O primeiro turno pode classificar dois candidatos de feição conservadora ou, o que parece mais provável, um do centro e um à esquerda, ou ainda apenas para esgotar as hipóteses duas candidaturas de esquerda.

Dando nomes dentro das possibilidades de hoje: o candidato do PMDB, com registro ao favoritismo do governador Orestes Quércia, reu-

na pelo Centrão reabriu para os candidatos a potencial do PMDB e até do PFL a possibilidade de uma reavaliação dos esquemas de luta. Os governadores, candidatos, como Orestes Quércia, de São Paulo, Newton Cardoso, de Minas, e até o mais dissimulado mas evidente Moreira Franco, do Rio de Janeiro, descobriram que podem ajustar as regras sucessórias às suas preferências pessoais. Para governadores, eleições em 88 para presidente e, ao mesmo tempo, para prefeito e vereador é a pior das alternativas, com uma carga multiplicada de riscos. Os governadores, ostensiva ou assumidamente, jogam para empurrar as eleições presidenciais para 89, com a tripla vantagem de desvincular o voto na base, assegurando maior eficiência às máquinas partidária e oficial, de dar um tempo para a recuperação da imagem, em desgaste em quase todos os estados, com raras, raríssimas exceções, e de desafogar os prazos para a desincompatibilização dos que sonham com o Planalto.

Cinco anos e presidencialismo são hoje peças de uma mesma engrenagem, movida por muitos interesses. Desde o recolhido empenho do presidente Sarney, que torce em silêncio, até as manobras a descoberto de parlamentares coligindo assinaturas para as emendas constitucionais. O senador maranhense Edison Lobão e deputados como o paulista Manuel Moreira e o pernambucano Maurílio Ferreira Lima são apenas as pontas visíveis de uma ampla teia que se estende por baixo do pano, do Planalto aos governos estaduais, até as lideranças do PMDB e as impaciências do PFL. A emenda das eleições em 89 conta com cerca de 170 assinaturas. Com um pouco mais pode atingir às 280 da maioria absoluta.

ne todas as chances de, no primeiro turno, chegar em primeiro ou segundo lugar, garantindo vaga no segundo turno. E, no leque mais modesto das esquerdas, é evidente que o nome que se destaca é o do ex-governador Leonel Brizola, embora valha uma referência às barbas de Lula, cerceado pelo radicalismo do seu discurso de líder sindical.

Um candidato do PMDB, colocado pela força da máquina da legenda e o reforço do poder, apesar de todos os desgastes, projeta a divisão política até as bases municipais. O PMDB é governo em 22 Estados e oposição em Sergipe.

O que significa que um candidato do PMDB para a eleição para valer no segundo turno, polarizada, no confronto mano a mano, divide o país de alto a baixo. O PMDB tem presença em todos os municípios. É oposição, que desce do confronto estadual.

Esta circunstância assegura ao outro candidato, qualquer que ele seja, ainda que sem sustentação de uma legenda forte ou com as marcas da esquerda, o apoio automático do outro lado. No município não há acerto e nem composição. Com eleição municipal simultânea em 88, o choque se radicaliza. Mas, mesmo com a eleição presidencial isolada, a contradição municipal é insuperável.

Daí resulta que o candidato que ultrapassar o teste do primeiro turno,

Se os esquemas que gravitam em torno do governo; com a sustentação do poder, se reestruturam, para o outro lado, derrotado e banido da Constituinte, ainda no aturdimento de uma hábil manobra que permitiu a ilusória manipulação da Comissão de Sistematização e a liderança da montagem do anteprojeto de Constituição, a hora é de expectativa para a remontagem dos planos de campanha.

Brizola e Lula retraíram-se, estão na retranca. O comício pelas diretas convocado para ontem, dia 12, foi adiado para outra oportunidade. Para a oportunidade que as forças minoritárias, e na cadência da oposição podem visualizar com razoável nitidez. A Constituinte entrou numa rota de retificação de rumo inevitável, mas perigosa. A maioria moderada vai negar ou reduzir as conquistas sociais, os avanços populares emplacados na Comissão de Sistematização, como a estabilidade, a licença de 120 dias para a gestante, o pagamento em dobro das horas extras. Claro que com a reação e o protesto da esquerda e das organizações populares. Dos sindicatos, CUT, CGT até a cobertura de siglas nônicas como o PDT e o PT. A modéstia da representação parlamentar não condiciona a liderança das ruas, a capacidade de mobilização.

A reação é certa e começará pelo cerco e a pressão sobre a Constituinte.

Ora, se às frustrações das perdas de conquistas sociais somar-se a decepção com o adiamento das eleições diretas para presidente, é claro que as esquerdas, Lula, Brizola receberão, de mão beijada, grandes bandeiras a serem de flagradas em campanha, afinal viável. Campanha já contra a Constituinte, o golpe da virada do Centrão, o adiamento das eleições para presidente.

classificando-se para o segundo, terá uma estrutura partidária a sustentá-lo, ainda que provisória, só para as serventias da campanha.

Se nenhum candidato, como parece certo, alcançar maioria absoluta no primeiro turno, obrigando a realização do segundo turno 45 dias depois, a vantagem de prévio esquema partidário se desfaz ou se reduz.

Candidato de partido pequeno — Brizola ou Lula — que chegue ao segundo turno terá o apoio automático de toda uma improvisada estrutura partidária municipal, refletindo a oposição ao PMDB. Ou a outro qualquer candidato.

A eleição com a exigência da maioria absoluta em dois turnos é portanto uma faca que corta para os dois lados. Um gume entra na carne magra das minorias, bloqueando as possibilidades de uma candidatura minoritária, aventureira entrar na brecha da divisão da maioria conservadora e emplacar a vitória inesperada. Mas, no segundo turno, a radicalização que nasce das insanáveis divergências municipais oferece a um candidato minoritário e de esquerda o imprevisível suporte partidário que cobre todo o território do país. De um país rachado ao meio, dividido em duas bandas e que mistura as diferenças ideológicas, os ódios provincianos e as raivas municipais.

(V.B.C.)

JORNAL DO BRASIL
08/7/88